

Curso Técnico em Vigilância em Saúde: Desafios de uma formação em meio à pandemia da COVID-19.

^a Flavia Priscila Tenorio
^b Rosyanne dos Santos Vasconcelos
^c Karla Cunha
^d José Francisco de Santana
^e Alessandro Augusto Soledade Reis
^f Laurides Batista Cruz

Resumo

Introdução: O Sistema Único de Saúde (SUS), dada à sua complexidade, apresenta necessidade contínua de formação dos seus trabalhadores, em todos os níveis. Nesse contexto, o Curso Técnico em Vigilância em Saúde (CTVS) foi criado pela Escola de Saúde Pública de Sergipe (ESP/SE), com o propósito de contribuir para a melhoria da atenção prestada pelo referido sistema público de saúde ao usuário, justificando a relevância do investimento na formação do trabalhador. **Objetivo:** relatar a experiência do desenvolvimento da segunda turma do CTVS, oferecida entre 2019 e 2023, evidenciando os desafios enfrentados no contexto da pandemia e a adaptação do curso ao formato remoto. **Relato de Experiência:** o desenvolvimento do curso instigou novas formas de realizar o processo pedagógico, no formato remoto, fase de muitos desafios e aprendizados para alunos e docentes, com a incorporação mais intensa das tecnologias digitais. Além disso, uma etapa importante do curso foi a elaboração, pelos alunos, do Trabalho de conclusão de curso que se iniciou no Módulo III e foi apoiado por professores orientadores até a defesa do trabalho. **Considerações Finais:** entende-se, portanto, que essa formação qualificou trabalhadores para atuação em uma área extremamente importante para o SUS, que é a vigilância em saúde, e contribuiu para melhorar a atuação desses profissionais em diferentes frentes de trabalho no SUS em Sergipe, no âmbito individual e coletivo.

Palavras-chave: vigilância em saúde; formação técnica profissional; Sistema Único de Saúde.

Technical Course in Health Surveillance: Challenges of training amid the COVID-19 pandemic.

Abstract

Introduction: the Unified Health System (SUS), given its complexity, presents a continuous need for training its workers at all levels. In this context, the Technical Course in Health Surveillance (CTVS) was created by the Sergipe School of Public Health (ESP/SE), with the purpose of contributing to improving the care provided by the aforementioned public health system to users, justifying the relevance of investing in worker training. **Objective:** the experience of developing the second cohort of the CTVS, offered between 2019 and 2023, highlighted a journey marked by significant challenges and adaptations, particularly during the COVID-19 pandemic. **Experience Report:** the development of the course training, instigated new ways of carrying out the pedagogical process in a remote format, a phase marked by many challenges and learning opportunities for students and teachers, with the more intense incorporation of digital technologies. An important stage of the course was the preparation, by the students, of the course conclusion work, which began in Module III and was supported by faculty advisors until the work was defended. **Final Considerations:** it is understood, therefore, that this training qualified workers to work in an extremely important area for the SUS, which is health surveillance, and contributed to improving the performance of these professionals in different work fronts in the SUS in Sergipe, at the individual level and collective.

Keywords: health surveillance; professional technical training; Health Unic System.

^a Mestre em Educação/ UFS. Fundação Estadual de Saúde – FUNESA. Aracaju-SE. Brasil. flaviaprisclatenorio@gmail.com

^b Especialista em Saúde Coletiva/ FANESE. Fundação Estadual de Saúde – FUNESA. AracajuSE. Brasil. vasconcelosrosy@gmail.com

^c Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ UFS. Fundação Estadual de Saúde – FUNESA. Aracaju-SE. Brasil. cunha.karla80@gmail.com

^d Mestre em Ciências da Saúde / UFS. Fundação Estadual de Saúde – FUNESA. Aracaju-SE. Brasil. santanafran@gmail.com

^e Especialista em Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação na Educação em Saúde. Coletiva/ UFRGS. Fundação Estadual de Saúde – FUNESA.

^f Especialista em biblioteconomia e gestão de biblioteca escolar/ Faveni. Fundação Estadual de Saúde – FUNESA. Aracaju-SE.

INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1988, a saúde passou a ser direito de todos e dever do Estado, tendo-se as Leis Federais N° 8.080/1990 e N° 8.142 / 1990 como demarcadoras das bases fundamentais de implantação e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), que deveria fazer valer o princípio constitucional. Nesse sentido, considerando que a Lei N° 8.080/1990 dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção, recuperação da saúde e para a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, a Vigilância em Saúde é entendida como eixo de um processo de reorientação do modelo assistencial do SUS.

Dito isto, a finalidade da Vigilância em Saúde consiste na integralidade do cuidado à saúde da população, bem como reúne em seus elementos fundamentais condições para efetuar uma transformação radical no processo de trabalho em saúde, na organização dos sistemas locais e na gestão das redes de atenção e cuidado, para produzir saúde e ampliar as possibilidades de contribuir com a qualidade de vida das pessoas (Brasil, 1990).

Recentemente, eventos sanitários de amplitude mundial, como a Pandemia da Covid-19, sinalizaram para a importância do fortalecimento da vigilância em escala global, com frequência cada vez maior por eventos emergentes e reemergentes em saúde pública, de forma que colocarão pressão sobre os sistemas de saúde. Assim, no âmbito da Vigilância em Saúde, é inequívoca a necessidade de formar profissionais

para garantir a qualidade da atenção à saúde nessa área extremamente sensível do SUS (ETSUS, 2019).

No tocante ao Estado de Sergipe, o Curso Técnico em Vigilância em Saúde (CTVS) foi executado mediante orientação das diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 2006), e pelos requisitos previstos para a formação desse profissional, no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT) (Brasil, 2021). O Plano de curso do CTVS foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação de Sergipe (CEE/SE), para ser desenvolvido pela Escola Técnica do SUS em Sergipe (ETSUS-SE) (ETSUS-SE, 2019).

Durante o período de realização do curso, foi criada a Escola de Saúde Pública de Sergipe (ESP/SE), através da Lei N° 8.733/2020, que passou a ser mantida pela Fundação Estadual de Saúde (Funesa), integrando a sua estrutura organizacional, com a finalidade de formação, atualização, pesquisa, capacitação, aperfeiçoamento, integrando setores, equipes e recursos relacionados às ações de educação técnica e pós-graduada mediante os pressupostos da Política de Educação Permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) (Sergipe, 2020).

Nessa perspectiva, a ESP/SE assume as responsabilidades da ETSUS, que passa a ser denominada de Coordenação de Educação Profissional e continua a coordenar o CTVS. Dessa forma, os alunos do Curso receberam o título a que tem direito expedido pela Escola de Saúde Pública de Sergipe (ESP/SE).

Diante de fatos importantes e inesperados, que ocorreram no período da realização do CTVS, – como o advento da pandemia, alterações no formato do curso, aulas remotas e,

ainda, a transição da ETSUS/SE para ESP/SE –, o presente trabalho busca relatar a experiência e os resultados do desenvolvimento da segunda turma do CTVS, oferecido a trabalhadores do SUS de Sergipe no período compreendido entre 2019 a 2023.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Em 2019, a Funesa, através da ETSUS-SE, ofertou trinta (30) vagas para o Estado de Sergipe, por meio do edital Nº 02/2019, para a segunda turma do CTVS, as quais, após pactuação com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Sergipe (Cosems/SE), foram distribuídas entre as sete (7) regiões de saúde, com exceção do município de Aracaju. Já na fase de pré-matrícula do curso, aconteceu uma reunião com os candidatos selecionados para a apresentação da proposta do curso e para esclarecimentos, a fim de que eles compreendessem o processo da formação antes de realizar a matrícula. Tal ação objetivou amenizar o problema da evasão, já conhecido nos cursos técnicos devido à longa duração destes.

No dia 06 de setembro de 2019 foi realizada a Aula Inaugural do curso e, em 12 de setembro de 2019, as aulas iniciaram de fato. As aulas ocorreram presencialmente nas quintas e sextas-feiras, na sede da Funesa, dias estes em que os alunos/trabalhadores eram liberados dos serviços para se dedicarem ao curso.

Em linhas gerais, o curso teve como objetivo formar profissionais de nível médio em vigilância em saúde, capazes de contribuir com a implantação e implementação de

mudanças no sistema de saúde, qualificando o seu perfil profissional, o processo de trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida da população.

O discente habilitado como “Técnico em Vigilância em Saúde” está apto a desenvolver diferentes ações de proteção e promoção da saúde, assim como prevenção de agravos e doenças, de modo que é capaz ainda de compreender a complexa rede de determinantes sociais da saúde, bem como de agir, de forma autônoma, criativa e estratégica para transformar a realidade socio sanitária no território de sua atuação.

O CTVS foi organizado em quatro módulos, totalizando 1.500 horas, sendo que cada módulo teve carga horária específica, incluindo aulas teóricas e práticas com duração de 60 minutos. Os módulos apresentaram estrutura integrada e articulada aos diversos campos de saberes, centrada em uma prática concreta, de ampliação de novos conhecimentos através da elevação do nível de complexidade, oportunizando ao discente aprendizagem significativa, desenvolvida através de múltiplos instrumentos que possibilitaram acompanhar o processo de ensino-aprendizagem.

Compostos por áreas temáticas e seus respectivos componentes curriculares, os módulos foram desenvolvidos em momentos de teoria e prática. Esses momentos ocorreram tanto no ambiente escolar como em estabelecimentos de saúde cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e/ou em ambientes comunitários, sob a orientação do docente.

Os momentos de dispersão (no território de trabalho do profissional) respeitaram a carga horária estabelecida nas Diretrizes Curriculares

Nacionais, de até 20% da carga horária diária do curso. As atividades desenvolvidas, nesse período, foram orientadas pelos docentes, devidamente habilitados, de cada componente pedagógico do curso. Todos os momentos de atividades de concentração e dispersão foram adequadamente registrados nos Diários de Classe.

Assim, para apoiar esses momentos de dispersão, o curso se utilizou do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da ESP-SE, que “se caracteriza como espaço e ponto de encontro virtual que educandos e educadores (professores ou tutores) utilizam para a construção das relações de aprendizagem” (Bassani, 2006, p. 8). É nesse ambiente que os docentes e discentes têm a possibilidade de gerenciar conteúdos e atividades, através de recursos como: chat, fórum, envio de arquivos digitais, questionários e tarefas.

O Currículo do Curso retratou as escolhas e recortes a partir de um dado contexto histórico e social, além de traduzir as necessidades de uma formação, segundo as opções políticas e pedagógicas em um cenário específico (Silva, 2005). Nesse sentido, a matriz curricular do TVS apresentou um conjunto de componentes que proporcionam a formação técnica profissional no Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde. O Módulo I apresentou carga horária de 300 horas, sendo 220 horas teóricas, 80 horas práticas, de maneira que se baseou na discussão sobre políticas de saúde, processo de trabalho, ética e comunicação em saúde; no tocante ao Módulo II, este compreendeu 230 horas, sendo 120 horas teóricas, 90 horas de atividades práticas e 20 horas destinadas ao Estágio Supervisionado. Este

módulo esteve pautado nos conteúdos sobre Planejamento e Sistema de informação em saúde; quanto ao Módulo III, teve carga horária de 220 horas, sendo 120 horas teóricas, 60 horas práticas e 40 horas de Estágio Supervisionado, de forma que este módulo contemplou o eixo sobre o Território em Vigilância em Saúde; já o Módulo IV totalizou 750 horas, sendo 300 horas teóricas, 210 horas de atividades práticas e 240 horas destinadas ao Estágio Supervisionado. Baseou-se em temas sobre ações, procedimentos, intervenções na área Vigilância em Saúde (ETSUS-SE, 2019).

A formação mencionada buscou a incorporação, em cada um dos momentos formativos, do eixo tecnológico citado anteriormente, refletindo, dessa forma, a transversalidade entre as competências. Compreende-se competências por um conjunto de conhecimentos, capacidades, aptidões, atitudes que um sujeito pode lançar mão para ser resolutivo em sua atividade cotidiana laboral ou não, sem necessariamente estar descrito em uma lista pré-definida de competências no âmbito dos requisitos de uma formação (Ramos, 2006). Portanto, ao concluir o itinerário formativo para o CTVS, o discente cumpriu 1.200 horas de atividades pedagógicas teóricas e práticas, como também 300 horas de Estágio Supervisionado, conforme a legislação educacional em vigência.

Período da pandemia da Covid-19

Com início em setembro de 2019, a previsão de término do curso seria para 2021. Porém, em 2020 ocorreu o advento da pandemia da Covid-19, e este transformou a vida social em todo o mundo. O primeiro momento da pandemia, além de assustador, foi inusitado

para os estudantes, pois estes não imaginavam vivenciar o que há pouco tinha sido apenas conteúdo de discussão em sala de aula.

Devido ao isolamento sanitário, as instituições tiveram que se reinventar e com a ESP/SE não foi diferente. A Coordenação de educação profissional (Cepro) criou um grupo de *whatsapp* com os participantes da turma para facilitar a comunicação, de maneira que foi através deste veículo que vários relatos dos alunos se apresentaram em relação ao temor que circulava entre eles e os seus colegas de trabalho, seja por conta dos riscos de contaminação com o vírus da Covid-19 ou pela ausência de diretrizes em relação aos seus processos de trabalho, incipientes no momento. Além disso, alguns discentes relatavam também perdas de familiares por conta da Covid-19. Neste sentido, o grupo serviu de suporte para compartilhamento de experiências e apoio emocional, além de motivar a equipe da ESP/SE a elaborar um curso a distância sobre a Covid-19 para todos os agentes de saúde do Estado.

Em relação às aulas, quando o CEE/SE orientou sobre a possibilidade das aulas remotas, a turma estava muito resistente. Os participantes alegaram não possuir internet, nem equipamentos adequados, bem como afirmavam não possuírem condições emocionais para retomar o curso.

A Funesa, mantenedora da ESP/SE, buscou atender algumas questões administrativas como liberação de equipamentos e internet para os alunos, mas não obteve sucesso, e, por um período de um ano, o curso permaneceu suspenso, até que a coordenação, identificando a ameaça da formação ser

inviabilizada, pactuou com os estudantes o retorno às aulas de forma remota.

Deve-se ressaltar que a Funesa possui estrutura tecnológica para realização de atividades virtuais “síncronas” e “assíncronas”. Nesse sentido, os participantes haviam realizado capacitação no início do curso para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Tal processo possibilitou o melhor desenvolvimento das atividades à distância. No início, foi desafiador, todavia, as tecnologias digitais no período da Covid-19 foram fundamentais para que as atividades escolares pudessem ser desenvolvidas, a fim de dar sequência aos componentes curriculares que foram iniciados no formato presencial, antes da crise sanitária.

Respaldada pelas Resoluções Normativas Nº 04, 06 e 08/2020 do CEE/SE, a ESP/SE desenvolveu as aulas de forma remota, dada a necessidade do distanciamento físico, no período de março a setembro de 2021. Foram realizadas aulas síncronas (realizadas em tempo real por meio de uma sala virtual) e atividades assíncronas (aulas gravadas pelo docente e/ou atividades de estudo e pesquisa que o discente deveria desenvolver).

A partir de outubro do mesmo ano, as aulas presenciais foram retomadas e a instituição optou pelo formato híbrido, ao constatar que a equipe evoluiu no manejo com as tecnologias digitais e porque havia amparo na legislação educacional. Desse modo, foi possível, inclusive, lidar com o risco epidemiológico que ainda persistia naquele momento.

Tal experiência contribuiu para a qualificação da equipe da Educação Profissional da ESP/SE, considerando a necessidade de instrumentalização para o desenvolvimento de novas possibilidades no fazer pedagógico do

CTVS. Permitiu, ainda, desenvolver junto aos discentes competências voltadas para as tecnologias digitais, além de ampliar o escopo de possibilidades de ações pedagógicas a serem ofertadas pela ESP-SE.

Visitas Técnicas e Estágios Obrigatórios

Quanto ao desenvolvimento dos componentes curriculares, foram realizadas visitas técnicas em espaços estratégicos com o objetivo de melhor apoiar o processo de ensino-aprendizagem.

O estágio, enquanto itinerário obrigatório da formação do CTVS, transcorreu durante a execução dos módulos II, III e IV com o acompanhamento de um docente, permeando o desenvolvimento dos diversos componentes curriculares. Essa etapa da formação compreende um ato educativo que proporciona a complementação da aprendizagem em situações reais de vida e trabalho (ETSUS, 2019). Espera-se que os alunos desenvolvam competências para além daquelas prescritivas nos Planos de curso, na perspectiva de ser proativo e resolutivo frente às adversidades inerentes ao processo de trabalho, entendendo que “a competência seria essa capacidade de continuamente improvisar e inventar algo novo, sem lançar mão de uma lista pré estabelecida” (Chomsky, 1978 *apud* Perrenoud, 1999). Nessa perspectiva, ela seria uma “capacidade da espécie humana, constituindo-se na capacidade de criar respostas sem tirá-las de um repertório definido” (Ramos, 2006, p. 230).

Essa etapa foi programada, portanto, para possibilitar a compreensão da complexidade das ações de vigilância nas esferas da

gestão municipal e estadual. Com isso, os estágios foram desenvolvidos nos seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Secretaria de Estado da Saúde (SES); Laboratório Central de Saúde Pública de Sergipe (Lacen); Superintendência de Estudos e Pesquisas de Sergipe (SUPES) e Secretaria de Meio Ambiente de Aracaju.

Trabalho de Conclusão de Curso: a experiência do Projeto de Intervenção.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma produção acadêmica, geralmente obrigatória, desenvolvida na etapa final de cursos superiores, seja em graduação ou pós-graduação. A depender da formação, o TCC pode ser desenvolvido sob a modalidade de monografia, dissertação, tese, artigo científico, relatório de estágio, projeto de intervenção, devendo ser reconhecido como uma oportunidade para o discente refletir sobre conhecimentos apreendidos durante a formação e não apenas uma exigência protocolar. Na ESP/SE, a produção de TCC é, conforme as diretrizes previstas no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Interno da Escola, obrigatória para a conclusão de curso técnico, já o formato definido consiste no Projeto de Intervenção (PI).

Para o cumprimento da etapa de desenvolvimento do PI, a ESP/SE organizou estratégias de apoio aos discentes, tais como orientação de forma regular, que envolveu momentos presenciais e à distância, além de oficinas de qualificação, com o objetivo de ampliar e melhor discutir os objetos de estudos trabalhados em cada projeto. Assim, ao longo dos últimos meses do curso, os discentes elabora-

seguida, apresentaram os seus trabalhos para apreciação e avaliação final.

DISCUSSÃO

Durante o processo de desenvolvimento do CTVS, um dos grandes desafios foi o período de realização da formação de forma remota e no formato híbrido, uma vez que a ESP/SE estava se organizando para ofertar esse tipo de curso e as experiências ainda eram incipientes. Tal vivência permitiu que a ESP/SE ampliasse as suas possibilidades e o escopo de ações, entendendo a potência da Educação a distância (EaD) como uma importante ferramenta alternativa para as práticas educativas na qualificação dos trabalhadores do SUS. A Educação a distância compreende, portanto, o aprendizado planejado que se desenvolve em ambiente diferente e necessita de comunicação por meio de tecnologias, além de uma organização especial para o processo pedagógico (Moore; Kearsley, 2007).

Este planejamento pedagógico em EaD, no âmbito da formação dos trabalhadores do SUS, precisam estar pautados em metodologias ativas, utilizando o processo laboral como objeto central e norteador da qualificação, a fim de fortalecer o processo de ensino-aprendizagem ativo, em propostas pedagógicas que os sujeitos sejam mobilizados a assumir uma postura investigativa, reflexiva, na perspectiva de analisar e propor intervenções em situações problematizadoras.

Para tanto, as ferramentas disponíveis em plataformas de ensino EaD podem

instigar a construção de atividades colaborativas que permitam o envolvimento dos discentes e a construção de propostas que possam intervir em realidades no trabalho em saúde. Dito isto, a expressão “aprendizado colaborativo” se refere a um método de “instrução/aprendizagem no qual os estudantes trabalham juntos, em pequenos grupos, em torno de um objetivo comum” (Yokaichiya *et al.*, 2004, p.3). Dessa forma, o aluno passa a construir seu próprio conhecimento ao utilizar dispositivos pedagógicos como análise de situação, identificação de problemas, estudo e pesquisa, leitura e compreensão do objeto, elaboração de hipóteses e sínteses, e desenvolvimento de intervenção que fomente a capacidade crítica do sujeito (Diesel; Baldez; Martins, 2017).

As atividades supracitadas constituem etapas da Educação Permanente em Saúde (EPS), que se apresenta como uma importante ferramenta para refletir sobre o processo de trabalho, analisar situações do cotidiano dos serviços de saúde, estudar e propor ações de intervenção para instituir mudanças de práticas laborais (Ceccim, 2005). A EPS, ainda, possibilita o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, tendo em vista que é norteadora pela aprendizagem significativa, cujo o desenvolvimento se dá por meio da socialização de saberes entre os atores envolvidos, apoiados em aportes teóricos e práticos (Stroschein; Zocche, 2011).

As diretrizes da EPS foram fundamentais na formação dos discentes do CTVS, tanto no período em que ocorreu o curso de forma presencial, quanto no período da pandemia em que as atividades foram desenvolvidas no formato remoto, visto que o objeto do trabalho nortearia o processo de ensino-aprendizagem, bem

como se fez presente na articulação entre teoria e prática ao longo de todo o curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao entregar para a sociedade sergipana dezesseis (16) Técnicos de Vigilância em Saúde, a ESP/SE cumpre um dever inadiável de contribuir com o SUS no suprimento de trabalhadores com uma formação que se tornou imprescindível na atualidade.

Esses profissionais estão habilitados para atuar na área da Vigilância em Saúde de forma crítica, reflexiva, propositiva e inovadora na identificação de fatores e situações de risco à saúde de forma articulada, intra e intersetorialmente, atendendo às atividades multidisciplinares e interdisciplinares do trabalho nas ações de cuidado, proteção, promoção e prevenção aos indivíduos e coletivo, em conformidade com os princípios norteadores do SUS.

Compreender a formação dos Técnicos em Vigilância em Saúde é pensar no processo de articulação entre a qualificação profissional e as transformações no mundo do trabalho em saúde, especialmente no que se refere à atuação desses profissionais nas diferentes frentes no SUS. Espera-se, ademais, que a experiência aqui exposta possa contribuir na implantação de novos processos formativos para os trabalhadores de nível médio que atuam no SUS.



REFERÊNCIAS

BASSANI, P. B. S. **Modelagem das interações em ambiente virtual de aprendizagem**. 2006. 184 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Centro de Estudos Interdisciplinares em Novas Tecnologias da Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Federal Nº 8.080, de 19 set. de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Federal Nº 8.142, de 28 dez. de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. **Interface – Comunicação, saúde, educação**, Botucatu, v. 9, n. 16, p. 161-177, set. 2005.

CHOMSKY, N. Aspectos da Teoria da Sintaxe. Coimbra: Armênio Amado. 1978

DIESEL A.; BALDEZ, A. L. S.; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, v. 14, n. 1, p. 268-288, 2017

ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO SUS (Sergipe). **Plano do Curso Técnico em Vigilância em Saúde**, 2019.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação à distância**: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

RAMOS. M. N. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SERGIPE. Governo de Sergipe. **Lei nº 8.733 de 13 de agosto de 2020**. Dispõe sobre a criação da Escola de Saúde Pública do Estado de Sergipe – ESP/SE, altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.348, de 02 de janeiro de 2008, revoga a Lei nº 5.215, de 12 de dezembro de 2003, e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.funesa.se.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Lei-8.733-2020-Escola-de-Sa%C3%BAdede-P%C3%BAblica-de-Sergipe.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SERGIPE. Governo de Sergipe. **Resolução Normativa nº4 de 3 de abril de 2020**. Estabelece diretrizes operacionais para as instituições educacionais integrantes do Sistema de Ensino do Estado de Sergipe sobre o desenvolvimento das atividades escolares, excepcionalmente, em face da edição de Decretos Governamentais do Estado de Sergipe relacionados às medidas de prevenção ao novo Coronavírus – COVID-19, e dá providências. Diário Oficial de Sergipe, Sergipe, SE, 15 abril. 2020. Disponível em: <https://cee.se.gov.br/atos-resolucoes-normativas/> Acesso em: 10 jan. 2024.

SERGIPE. Governo de Sergipe. **Resolução Normativa nº6 de 25 de junho de 2020**. Altera e acrescenta dispositivos da Resolução Normativa 4/2020/CEE, que estabelece diretrizes operacionais para as instituições educacionais integrantes do Sistema de Ensino do Estado de Sergipe sobre o desenvolvimento das atividades escolares, excepcionalmente, em face da edição de Decretos Governamentais do Estado de Sergipe relacionados às medidas de prevenção ao novo Coronavírus – COVID-19. Diário Oficial de Sergipe, Sergipe, SE, 07 julho. 2020. Disponível em: <https://cee.se.gov.br/atos-resolucoes-normativas/> Acesso em: 10 jan. 2024.

SERGIPE. Governo de Sergipe. **Resolução Normativa nº8 de 10 de setembro de 2020**. Altera e acrescenta dispositivos da Resolução Normativa 4/2020/CEE, que estabelece diretrizes operacionais para as instituições educacionais integrantes do Sistema de Ensino do Estado de Sergipe sobre o desenvolvimento das atividades escolares, excepcionalmente, em face da edição de Decretos Governamentais do Estado de Sergipe relacionados às medidas de prevenção ao novo Coronavírus – COVID-19. Diário Oficial de Sergipe, Sergipe, SE, 21 de setembro. 2020. Disponível em: <https://cee.se.gov.br/atos-resolucoes-normativas/> Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

STROSCHEIN, K. A.; ZOCHE, D. A. A. Educação Permanente nos Serviços de Saúde: um estudo sobre as experiências realizadas no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 505-519, nov. 2011.

YOKAICHIYA, D. K. *et al.* **Aprendizagem colaborativa no ensino a distância**: análise da distância transacional. 2004. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/041-TC-B2.htm>. Acesso em: 10 jan. 2024.

